

SOCIEDADE & NATUREZA

REVISTA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Sociedade & Natureza

ISSN: 0103-1570

ritacmsou@ig.ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia

Brasil

de Souza Martins Freitas, Eliano; Soares Del Gaudio, Rogata
CRISE ECOLÓGICA, ESCASSEZ HÍDRICA E IDEOLOGIAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA
DA CARTA DE 2070

Sociedade & Natureza, vol. 27, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015, pp. 439-451
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321343253007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CRISE ECOLÓGICA, ESCASSEZ HÍDRICA E IDEOLOGIAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA CARTA DE 2070

Ecological crisis, water shortage and ideologies: a critical analysis of the 2070 Letter

Eliano de Souza Martins Freitas
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
elianofreitas@gmail.com

Rogata Soares Del Gaudio
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
rogatasoares@gmail.com

Artigo recebido em 10/10/2015 e aceito para publicação em 16/11/2015

RESUMO: O presente artigo analisa a relação entre a geografia e as ideologias, por meio do que tem sido denominado de “crise ecológica”, enfocando as discussões em torno da escassez hídrica. O artigo é dividido em três partes. Na primeira, descrevemos as abordagens predominantes sobre a água desde o final do século XX, em escala mundial. Na segunda, apresentamos algumas formas de relação entre as ideologias e as abordagens sobre a natureza, em diferentes momentos históricos e procuramos analisar os discursos a respeito da natureza tomando como base a “Ideologia do Desenvolvimento”, a “Ideologia do Progresso” e a “Ideologia do Desenvolvimento Sustentável”. Nessas discussões apresentamos as diferentes abordagens dadas à água, a partir dessas ideologias. Por fim, são traçadas algumas considerações que visam estimular um pensamento crítico relacionado às características atuais da reprodução social do espaço.

Palavras chave: Ideologia(s); crise ecológica; escassez hídrica.

ABSTRACT: This article analyzes the relationship between geography and ideologies, through what has been called “ecological crisis”, focusing discussions around the water scarcity. The article is divided into three parts. At first, we describe the predominant approaches to water since the late twentieth century, worldwide. Then, we present some forms of relationship between ideologies and approaches to nature, in different historical moments and we focus on analyzing the speeches about the nature building on the “Development Ideology”, the “Progress Ideology” and “Sustainable Development Ideology”. In these discussions we present the different approaches given to water from these philosophies. Finally, we outline some considerations that aim to stimulate critical thinking about the current characteristics of social reproduction space.

Keywords: Ideologies; ecological crisis; water shortage.

INTRODUÇÃO

A partir do último quartel do século XX, duas posições francamente antagônicas sobre a temática da água foram construídas. Em um primeiro momento, a partir de uma conferência realizada em Mar Del Plata (1977), e patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU), predominou uma abordagem com “ênfase na ação dos governos na gestão da água e, sobretudo, na garantia do abastecimento por meio da construção de infraestruturas” (GONÇALVES, 2006, p. 430). A partir desta conferência foi instituído o Decênio Internacional da Água e do Saneamento Básico, em 1980, para viabilizar, por meio de ações estatais, um acesso mais amplo aos serviços de água e esgoto, em todo o mundo. Tratou-se de um movimento da ONU que passou a intervir no debate a fim de evitar uma crise de falta de água em escala mundial, propondo um plano de ação que continha recomendações e resoluções.

Entretanto, a partir da conferência de Dublin (1992), ocorreu uma mudança fundamental na abordagem dada à água por meio das organizações internacionais e que passou a nortear novas formas de interpelação – essa entendida como “uma ilustração, um exemplo adaptado a um modo específico de exposição, suficientemente ‘concreta’ para ser reconhecida, mas abstrata o bastante para ser pensável e pensada”, dando origem a um conhecimento” (PÊCHEUX, 1996, p. 149) –, e construção de sentidos em torno da “problemática da água”. A partir do princípio de que a “água potável é um recurso vulnerável e finito, essencial para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente” (RIBEIRO, 2006, p. 79), a água passou a ser encarada como uma “raridade” (LEFEBVRE, 2008), que deveria ter valor econômico em todos os usos e deveria ser reconhecida como um bem econômico. Desta forma, essa conferência reforçou a necessidade da realização de estudos sobre a água e indicou sua gestão internacional.

Tal perspectiva revelou-se bastante ambígua, pois de um lado a racionalidade econômica aplicada à temática revelava uma condição importante para se resolver os problemas ligados ao tratamento e distribuição de água e gestão de todo o setor. Por

outro, essa mesma perspectiva revelava que a água, ao ser arrostrada como um bem econômico, deveria ser gerida de acordo com os mecanismos de mercado.

Tratou-se de uma mudança fundamental que, segundo Carlos W. Porto Gonçalves (2006), foi a base das discussões da Agenda XXI, da Carta da Terra, além de influenciar esta temática na Conferência do Rio (1992). Para esse autor, inverteu-se o debate acerca da água, o que “não deixa dúvidas sobre os interesses específicos que estariam, hoje, cultivando o discurso de escassez e da repentina descoberta da gravidade do problema da água na segunda metade dos anos de 1990” (GONÇALVES, 2006, p. 430). Ou seja, a partir da década de 1990 ocorreram profundas transformações na abordagem em torno da água, visando transformá-la em um excelente atrativo para a valorização dos capitais e, consequentemente, ajustes discursivos e estruturais foram realizados em torno da “problemática hídrica”.

Assim, diversas ações técnicas foram realizadas, como, por exemplo, o extenso mapeamento das áreas de potencial aquífero. Alterações nas políticas de saneamento foram (e têm sido) engendradas, como a criação de agências reguladoras de água, visando o controle desse “recurso hídrico” e sua taxação de diversas formas, tais como a lógica do poluidor-pagador. Observa-se ainda a municipalização dos serviços de saneamento, processos de privatização de empresas de água, etc. Ao mesmo tempo, a partir da década de 1990, elabora-se um forte discurso em redor da água/escassez hídrica que, em nosso entender, serve para viabilizar os processos de valorização dos capitais, também nesse setor. Assim, há uma articulação entre discursos, ideologias e práticas infrapolíticas que viabilizam a consolidação de determinadas abordagens em torno da “questão hídrica”, que por sua vez, acentuam o aspecto da água como uma “nova raridade” e portadora de valor econômico, de modo a satisfazer os interesses de determinadas empresas inseridas nesse setor – e que por meio de variados mecanismos de interpelação, vão se constituindo como “legítimos, aceitáveis, bons e corretos” (THERBORN, 1991) para o e no conjunto da sociedade.

É uma perspectiva verificada, inclusive, em programas de Educação Ambiental, desenvolvidos

em diversas áreas do território nacional, utilizando argumentos não só irrelevantes, mas inverossímeis sobre a escassez hídrica, visando atingir todas as camadas sociais. Por meio de imagens, enunciados e figuras uma concepção apocalíptica se cristaliza em torno da água que poderá acabar devido à “morte” de muitos rios - não raro, sem explicações da causa dessa “morte” -, resultando em “guerras pela água”. Fixa-se uma abordagem cataclísmica devido à contaminação da água causada *por indivíduos* que têm a “cultura” de depositar nos rios todos os resíduos de suas atividades. Há a prescrição de como os indivíduos devem economizar água - fechando as torneiras, não tomando banhos prolongados, regulando as descargas para economizar água, não lavando as calçadas, pátios e carros com água potável através de jatos de mangueira etc., numa explícita ação de individualização de uma problemática que é do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo, outras formas de consumo e desperdício da água doce não são problematizadas adequadamente junto à sociedade – observamos, por exemplo, o silenciamento acerca dos usos, desperdícios e contaminação de aquíferos ligados às diferentes práticas relacionadas à agropecuária/agronegócio - e aprofunda-se uma representação de natureza finita com a “escassez” da água, que merece uma análise mais aprofundada.

A RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA NO CONTEXTO DA(S) IDEOLOGIA(S): ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ABORDAGEM DADA À ÁGUA

Durante um longo período na história ocidental, especialmente com a Modernidade, observamos a prevalência de uma concepção de natureza infinita, dadivosa e subordinada ao homem, de modo que o progresso fosse alcançado por todos (BERMAN, 1986; SCARIM, 2001; SEABRA, 2001). Nesse período, os estudos geográficos sobre a água, quase sempre, foram pautados na relação cidade e água. Assim, tanto na geografia brasileira quanto mundial, verificamos uma abordagem naturalizante-ecológica, que obnubilou a complexidade da discussão em torno da relação sociedade e natureza (CUSTÓDIO, 2006). No que se refere à água, as

questões tratadas abordavam predominantemente as inundações, o tratamento e a distribuição da água, o tratamento e coleta de esgotos, a poluição da água, as intervenções urbanas para retificar rios e ribeirões etc. (CUSTÓDIO, 1994; 2002; MARQUES, 1990; MONTEIRO, 1980).

Frequentemente reproduziu-se uma perspectiva em que a sociedade se negava como natureza, associando a água à concepção de “recurso hídrico”, que deveria ser estudado e subordinado aos interesses “sociais”. Os estudos basearam-se em um postulado positivista-possibilista, com algumas reflexões conceituais e muita descrição. Segundo Vanderli Custódio:

[...] a relação cidade-água é dada pela descrição do sítio urbano, (décadas de quarenta e cinquenta). (...) No final dos anos cinquenta e na década de sessenta são ressaltadas as obras de engenharia (adutoras, barragens, represas), que possibilitem o uso das águas em prol das cidades, ou melhor, em prol das atividades industriais urbanas. Os elementos [dos estudos geográficos sobre a cidade e a água] são: a ideia triunfal possibilista sobre a natureza – nos estudos tradicionais e o uso de dados censitários – naqueles de cunho neopositivista (CUSTÓDIO, 2006, p. 180-181. Inserção nossa).

Tratava-se de uma concepção que teve como base a “*Ideologia do Desenvolvimento*” e a “*Ideologia do Progresso*”. Ideologias que, para Celso Furtado (1978), apresentam diferenciações, mas que sustentam o processo de acumulação de capitais. Para este autor, a “*Ideologia do Progresso*” é desenvolvida para que haja um disciplinamento da sociedade frente aos conflitos de classe, de modo a ligar os grupos sociais antagônicos, apresentando-se associada às estruturas sociais. Noutros termos, esta ideologia serviu para “fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos, nas sociedades em que a revolução burguesa destruirá as bases tradicionais de legitimação do poder” (FURTADO, 1978, p. 45). Para este autor o impacto desta ideologia foi tão forte

que atingiu os movimentos que desejavam destruir a ordem capitalista.

Já a “Ideologia do Desenvolvimento”, ainda segundo esse autor, apresenta-se sem este amálgama social. É um pacto entre grupos internos e externos cuja pauta é a aceleração da acumulação, ocorrida num contexto de “industrialização tardia e dependente”. Trata-se de uma simples transferência dos modelos industriais das áreas centrais àquelas interessadas na modernização. Tudo isto baseado num modelo autoritário de sociedade, entendido como o único capaz de transplantar o processo industrial e acelerar a acumulação capitalista. Em outros termos, “a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência” (FURTADO, 1978, p. 76).

Tais ideologias também serviram de suporte para uma ampla reprodução social do espaço no Brasil, reprodução essa assentada na concepção de natureza infinita e subordinada aos desígnios do progresso, “para o bem da humanidade”.

Entretanto, com o advento da “crise ecológica” - verificada por meio da diminuição de alguns “recursos naturais”, da degradação da água, do ar e através da quebra de alguns “equilíbrios ecológicos globais, constitutivos da biosfera, devido à destruição parcial de alguns elementos que a compõem” (BIHR, 1991, p. 123) – fez-se necessário elaborar um novo discurso em torno da natureza. Ou seja, a “crise ecológica” - que foi, também, expressão, juntamente com outras crises, do enfraquecimento do modelo fordista de crescimento econômico - sinalizou a necessidade de elaboração de discursos e práticas diversas com novos mecanismos de interpelação de modo a “garantir a sustentação de certo modo de vida, bem como assegurar a manutenção de desiguais mecanismos de poder econômico, militar e tecnológico – e sua “legitimidade” (FREITAS & DEL GAUDIO, 2015, p. 02). Tudo isso, visando a recuperação do crescimento econômico alcançado durante o período anterior e que dava sinais de esgotamento, demonstrando a incapacidade de as ideologias supracitadas sustentarem as promessas construídas.

Assim, observamos a construção de novos

mecanismos de interpelação que por sua vez, exigiram a atualização das ideologias dominantes até aquele momento (Progresso e Desenvolvimento), efetuando trocas com outras ideologias pré-existentes, como nos lembra Göran Therborn (1991). Um exemplo conspícuo disso foi a adequação/assimilação da teoria (Neo)Malthusiana à *Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*. Se nas décadas de 1960/1970 o excesso de população era utilizado para justificar a pobreza e o subdesenvolvimento de determinados povos, a partir do final do século XX e início do século XXI, esse excesso populacional passou a ser associado também à degradação ecológica. Além disso, o discurso da infinitude dos recursos naturais aos poucos cedeu lugar a discursos relacionados a sua limitação e escassez. Diversos fóruns de debate procuraram nortear e institucionalizar a discussão sobre os limites da natureza e as ações a serem desenvolvidas a partir daí (RIBEIRO, 2001).

A modernização da sociedade, com base no modelo urbano-industrial, que foi ovacionado durante o último século, passou a ser demonizada por aqueles que defendiam o controle do crescimento econômico em prol do meio ambiente. Proposições de crescimento nulo e a produção de um discurso catastrófico em torno dos impactos ambientais ganharam força nas discussões que envolviam a ecologia e/ou a natureza.

Observamos que uma nova representação de natureza, não raro caricatural, passou a ser elaborada e um discurso da escassez de determinados elementos da natureza passou a ser veiculado amplamente. Os atributos e sentidos dispensados a esses elementos, além dos elementos em si, contribuíram para a edificação de uma nova ideologia que tem servido de suporte para diversas técnicas e estratégias de reprodução social do espaço. Infundiu-se, na sociedade, o que denominamos “*Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*” que se explicita por meio da

[...] construção de diversos discursos, práticas e argumentos que se caracterizam por possuir formas e mecanismos de interpelação relacionados à insustentabilidade do crescimento econômico atual e pautados

pelos nos riscos iminentes de esgotabilidade da natureza que por sua vez, obscurecem processos históricos que os produziram, bem como as atuais, e desiguais, relações de poder que os sustentam. [Essa ideologia] possui um conjunto de normas, regras e representações que servem como base para a representação dos sujeitos para si mesmos e para a coletividade, compondo um conjunto de ideias gerais que servem para justificar as desigualdades reais. (...) Essa ideologia tem uma função – ora implícita, ora explícita – de tornar o ponto de vista particular da classe dominante como o ponto de vista universal, embora, com preendamos também que as ideologias podem servir para a transformação social deste mundo, a partir de um processo de transformação/qualificação do(s) sujeito(s). (FREITAS & DEL GAUDIO, 2015, p. 3-4).

A perspectiva de consolidação do Desenvolvimento Sustentável como a ideologia dominante ocorreu a partir da década de 1980 e, mais precisamente quando o neoliberalismo incorporou uma nova visão a respeito da natureza, cujo marco foi a Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre Gerenciamento Ambiental, realizada em 1991. Neste evento, foi assinado, por diversos setores da economia mundial, um catálogo intitulado “*Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável*” que estimulava práticas de conservacionismo associadas ao princípio de precaução, fruto de acordos realizados em 1984 durante a Conferência Mundial da Indústria sobre Administração Ambiental, ratificado em 1989 durante uma reunião do G7 (EUA, Alemanha, Canadá, Itália, Reino Unido, França e Japão). Em suma, foram realizados conclave - que, emblematicamente, quase não são citados nas análises em torno da problemática ambiental - para (re)apropriação e redirecionamento de pressupostos do pensamento ecológico, readequados, agora, aos interesses do mercado (OLIVEIRA, 2009).

Assim, desde o início de 1980 o setor empresarial da Europa, Japão, EUA, Canadá, Índia e Malásia procurou adotar estratégias de maior envergadura assimilando prerrogativas oriundas das

preocupações e lutas ecológicas e, posteriormente, do relatório Brundtland, com vistas a subordinação das questões ecológicas aos interesses da (re)produção do mundo das mercadorias. Processo que foi estendido a diversos lugares a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou Rio-92).

Fazia-se mister, portanto, diante das lutas e da “questão ecológica”, metamorfosear e atualizar discursivamente as “*Ideologia do Desenvolvimento*” e “*Ideologia do Progresso*” em “*Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*”, de modo a legitimar ainda mais, certas formas dominantes de apropriação e relação com a natureza no modo de produção capitalista. Observamos assim, a exacerbada discursiva da crise ambiental, na mesma medida em que se esvaziavam os discursos e práticas que a relacionavam às lutas sociais e/ou às classes sociais. Esse processo, por sua vez, foi relacionado ao conflito de e entre as gerações, procurando amalgamar todos em torno da crise ecológica e da “salvação do planeta”.

Desta forma, com base nas contribuições de Therborn (1991), compreendemos que a ideologia do desenvolvimento sustentável nasce, na sua aparência, como uma ideologia que não é de classe, uma vez que perpassa todas as classes sociais que aceitam e reverberam as ideias hegemônicas em torno da “problemática ambiental”. Mas inferimos também que, dados os discursos e interesses em torno das “raridades e novas raridades”, dos “recursos naturais e sua finitude”, da necessidade de preservação e/ou conservação, cujas ações são sempre sugeridas como individuais e não, coletivas ou de classe, e mais ainda, diante das crescentes inversões de capital nos segmentos a ela relacionados, somente na aparência, o “desenvolvimento sustentável” se apresenta como isento das lutas sociais e de classes.

Compreendemos, desse modo, que o desenvolvimento sustentável, enquanto ideologia contribuiu e continua a contribuir para a edificação de “uma forma impositiva e neoliberal de tratar o desenvolvimento. Trata-se de uma mediação para um novo paradigma, mas que mantém a natureza enquanto reserva de valor exclusivo de uma classe” (OLIVEIRA, 2009, s.p.). Destacamos ainda o papel

do Estado na e para a sua constituição e reprodução, uma vez que esse a reverbera em e para todas as classes, de modo que as ideias dominantes penetrem o seio da sociedade sem grandes questionamentos, e de modo legítimo conforme sinaliza Therborn (1991), ao analisar a relação entre o Estado e as ideologias dominantes.

Diversos governos, com amplo apoio de organismos multilaterais, assimilaram esta ideologia e desenvolveram estratégias discursivas, políticas e sociais de modo a favorecer a consolidação – “legítima” - dos interesses neoliberais a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990. Não sem propósito vários projetos, a partir de então, para serem aprovados, deveriam trazer a rubrica de promoção do Desenvolvimento Sustentável.

No processo de consolidação da ideologia do desenvolvimento sustentável, observamos ainda o processo de subordinação dos sujeitos aos mecanismos, pressupostos e discursos relacionados ao desenvolvimento sustentável, notadamente a culpabilização individual pelos problemas ambientais em diversos níveis. Há, ainda, um processo de subordinação dos sujeitos, quando os temas eleitos para a realização do debate sobre a “crise ecológica” são decididos alhures, cabendo às pessoas apenas a reprodução acrítica do que é definido em outras esferas. Assim, por meio da ideologia do desenvolvimento sustentável, determinados grupos/pessoas são qualificados para criar uma pauta de temas que devem ser priorizados nas discussões em torno dos problemas ambientais tais como a escassez hídrica, a exploração de aquíferos, a destruição da biodiversidade, a biopirataria, seqüestro de carbono etc.), determinando o conteúdo e as formas dos discursos sobre tais temas, ao mesmo tempo em que sinalizam maneiras de estabelecimento de parcerias entre governos, organizações não-governamentais e o mercado, desconsiderando as vivências dos sujeitos que serão “atingidos” pelo debate. Além disso, os pressupostos da *“Ideologia do Desenvolvimento Sustentável”* regulam a criação das políticas ambientais, sinalizam práticas de empresas, definem as discussões a serem desenvolvidas nas escolas, por exemplo, a partir de políticas educacionais e produção de materiais didáticos e paradidáticos. Há, ainda, a produção de conteúdos para a televisão, a delimitação das abordagens

de determinadas propagandas, a realização de produções cinematográficas etc.

Um bom exemplo da forma como essa ideologia determina o conteúdo da abordagem sobre a “crise ecológica” pode ser visto em programas de educação ambiental e por meio dos discursos sobre a escassez hídrica, amplamente veiculados nos meios de comunicação de massa. A seguir, analisaremos uma das formas que esse discurso assume, notadamente a partir de uma carta amplamente divulgada na rede mundial de computadores – Internet.

Em 2002, foi escrita e publicada na revista “Crônicas de los tiempos” uma carta intitulada “carta escrita no ano de 2070” abordando a temática da água. Esta carta tem circulado o mundo desde então, através da rede mundial de computadores (Internet). Ao analisarmos mais detidamente esta missiva, verificamos como a *“Ideologia do Desenvolvimento Sustentável”* invadiu as discussões a respeito da problemática da água, gerando uma perspectiva discursiva unilateral sobre o futuro da mesma no planeta: a escassez hídrica de forma absoluta, atendendo as estratégias espaciais discutidas anteriormente.

Uma análise mais detida da carta permite explicitar como a ideologia citada opera para interpelar os sujeitos e construir/cristalizar uma “visão social de mundo” (LOWY, 2002) em torno da abordagem que tem sido dada à água nos últimos 35 anos.

Inegavelmente, a tônica que perpassa a escassez hídrica e a degradação ambiental é apocalíptica e isso pode ser verificado em alguns trechos do documento:

Ano 2070. Acabo de completar 50 anos, mas minha aparência é de alguém de 85. Tenho sérios problemas renais, por que bebo muito pouca água. Creio que me resta pouco tempo. (...) A aparência da população é horrorosa; corpos desfalecidos, enrugados pela desidratação, cheios de chagas na pele provocadas pelos raios ultravioletas que já não tem a capa de ozônio que os filtrava na atmosfera. (...) A idade média é de 35 anos (CARTA 2070, s.p.).

O envelhecimento precoce, as doenças com desfiguração das pessoas e a diminuição da expectativa

de vida ocorrem em função da escassez hídrica. A falta de água produz mudanças na fisionomia das pessoas - as mulheres tornam-se feias e sem cabelo em função da falta de água (“Antes, as mulheres mostravam as suas formosas cabeleiras. Agora devemos rapar a cabeça para manter limpa sem água”). Ocorrem a contaminação e esgotamento irreversível dos rios, barragens, lagoas, aquíferos e mananciais. Há o aumento da criminalidade, pois a água é fruto de disputa, sendo necessária a intervenção dos Aparelhos repressivos do Estado para limitar o acesso aos lugares onde ela está presente. Segundo o narrador:

Os assaltos por um balde de água são comuns nas ruas desertas. (...) Não se pode fabricar água, o oxigênio também está degradado por falta de árvores e isso ajuda a diminuir o coeficiente intelectual das novas gerações. (...) Em alguns países existem manchas de vegetação normalmente perto de um rio, que é fortemente vigiado pelo exército. (CARTA 2070, s. p.)

Mutações genéticas ocorrem devido à degradação ecológica e escassez hídrica. Torna-se necessário o controle e a cobrança sobre o ar respirado, numa clara expressão mercadológica da questão ambiental. E isto ocorreu porque a pessoa/indivíduo (e não a sociedade/coletivo), descuidou-se deste bem “precioso”. Há assim, uma responsabilização do indivíduo pelos problemas de escassez hídrica, em detrimento de análises envolvendo os setores produtivos tais como as empresas envolvidas na mineração e/ou agronegócio.

À medida que lemos a carta o sentimento experimentado é de medo e de culpa. Isto ocorre por que a “*ideologia do Desenvolvimento Sustentável*”, que dá suporte a essa abordagem sobre a água, opera por vários modos e estratégias de construção simbólica que possibilitam criar uma relação de intimidade entre o narrador e o leitor, elaborando a materialização do discurso de forma a criar e ratificar a dominação, facilitando, ainda, os processos de (re)produção das relações sociais de produção (THOMPSON, 1989).

É possível verificar, partir das elaborações

de Thompson (1989) sobre os modos de operação da ideologia e das estratégias de construção simbólica, que, por detrás desta abordagem fatalista na Carta de 2070, ocorre a Racionalização, pois há a construção de uma cadeia de raciocínio de modo a persuadir os sujeitos de sua “culpa” e dissimular processos sociais mais amplos responsáveis, econômica e socialmente, pela degradação ambiental. Vejamos:

Recordo quando tinha cinco anos. Tudo era diferente. (...) Antes, o meu pai lavava o carro com a água que saía de uma mangueira. Hoje, os meninos não acreditam que a água se utilizava dessa forma. Recordo que havia muitos anúncios que diziam CUIDE DA ÁGUA, só que ninguém ligava – pensávamos que a água jamais podia acabar. (...) Hoje só posso beber meio copo. (...) Advertiam-nos que devíamos cuidar do meio ambiente e ninguém fez caso. (CARTA 2070, s.p.).

São listadas várias consequências da degradação ambiental. Entretanto, é recorrente a construção dos argumentos relacionando-os à questão específica da falta de água, que por sua vez, são arrolados ao seu uso inadequado, especialmente o consumo doméstico.

Assim, constrói-se uma cadeia de raciocínio que induz os leitores a pensarem que os vários problemas listados não têm outras causas. Por exemplo, há uma afirmação da impossibilidade de fabricação da água - mas, ao mesmo tempo as fábricas dessalinizadoras são apresentadas como lugares de emprego e o pagamento em água como meio de auferir salário - e que o oxigênio está degradado por falta de árvores. Na sequência, o texto afirma que o coeficiente intelectual das novas gerações está diminuído e que ocorrem deformações, insuficiências e mutações devido às alterações morfológicas dos espermatozoides. Imediatamente, o texto induz ao estabelecimento implícito e explícito de reciprocidade entre estes problemas e a falta de água e a degradação do oxigênio.

Mais adiante, o narrador relata que os testes atômicos afetaram severamente as estações do ano. Sabemos que testes atômicos podem afetar as

pessoas causando sérias deformações (vide acidente de Chernobyl), mas não há qualquer relação entre os testes e as mutações genéticas anteriormente citadas. O narrador produz um discurso que legitima a falta de água como responsável por todos os problemas ambientais, ao mesmo tempo em que, furtiva e indiretamente, deposita a causa da escassez hídrica no uso doméstico/individual.

Ou seja, o encadeamento do discurso que deve ser legitimado auxilia na construção indireta de um inimigo comum e bastante perigoso nesta abordagem (e, em várias outras) sobre a água: *o uso doméstico/individual*.

O uso doméstico/individual de água como principal responsável pela degradação ambiental em geral é realizada, no texto, por meio da estratégia de construção simbólica denominada por Thompson (1989) como expurgo. O desperdício da água em atividades domésticas ganha relevo, e acaba sendo responsabilizado pelos problemas da água em detrimento das práticas de uso utilizadas em outros setores da economia. Em nenhum momento, há uma discussão concernente aos usos e desperdícios ligados à indústria e ao setor agrícola. Por isso a crítica ao uso de água para lavar o carro, a externalização de um saudosismo do tempo em que se podia “tomar um banho de chuveiro. Antes a quantidade de água indicada como ideal para beber era de oito copos por dia, por pessoa. (...) [Antes eu] pescava nos rios e barragens, podendo beber toda a água que quisesse”. (CARTA 2070, s.p.).

Permeando a discussão da escassez hídrica e seus desdobramentos para o conjunto da sociedade, a diminuição da camada de ozônio, a desertificação e a elevação da chuva ácida são mencionadas sem que haja uma discussão das causas destes problemas. O silenciamento que ocorre sobre as possíveis causas acentua a “demonização” do uso doméstico da água e eleva a responsabilização do indivíduo pela escassez e pela solução do problema (citado como irreversível pelo narrador). Nesse sentido, há a mobilização da narrativização (Thompson, 1989) como estratégia de construção simbólica, pois ocorre, ao mesmo tempo, a elaboração de uma história que fala do passado glorioso da sociedade e do presente tenebroso, eterno e imutável, como se verifica no trecho a seguir:

Havia muitas árvores nos parques, as casas tinham bonitos jardins. (...) Quando minha filha me pede que lhe fale de quando era jovem descrevo como bonitos eram os bosques, lhe falo da chuva, das flores... (...) Agora, todos os rios, barragens, lagoas e mantos aquíferos estão irreversivelmente contaminados ou esgotados (CARTA 2070, s.p.).

A possibilidade de ampliação do entendimento da problemática ambiental não acontece. Quando a filha pergunta ao pai (narrador) por que a água acabou, ele sente “um nó na garganta”, mas não relaciona as causas dessa situação às formas e relações entre as sociedades e as naturezas mediadas pelo modo de produção capitalista - que ademais, se mantém nas práticas descritas, pois quem não pode pagar pelo ar – o dinheiro permanece como absoluto abstrato -, simplesmente é retirado das áreas ventiladas...

Além disso, a partir e por meio do “nó na garganta”, que interpela diretamente os sujeitos em relação às gerações futuras, o narrador é levado (e nos leva a todos e todas) a arrogar para si, pela ideologia, a responsabilidade pelos desastres ambientais. Mas, ao mesmo tempo, não consegue perceber-se assujeitado no processo, pois ele apenas reproduz o que é posto por esta ideologia. Ao ser assujeitado, o narrador elabora uma série de afirmações para informar/afirmar quais seriam os comportamentos incorretos dos indivíduos, denunciar os erros destes indivíduos na sociedade e, ao mesmo tempo, transmitir informações sobre o comportamento correto, adequado, justo e bom a ser adotado por todos e todas em relação aos recursos naturais e às gerações futuras. Ocorre ainda nesta discussão um deslocamento (Thompson, 1989), pois se elabora um discurso de conotações pejorativas a todos os indivíduos, como se todos contribuissem igualitariamente para a degradação ambiental. E simultaneamente, notamos a estratégia de unificação (Thompson, 1989), pois o narrador interliga todos numa identidade coletiva, apesar de haver diferenças nas ações – e acessos - das pessoas no que tange a degradação ambiental – e aos “bens ambientais”. Por meio da imposição de um consenso, o narrador preconiza o fim do planeta: toda a humanidade é responsável pela poluição e escassez da água e pela

degradação ambiental.

No inicio da carta ele afirma estar no ano de 2070 e com 50 anos. Assim, a data de seu nascimento seria o ano de 2020. Logo após, o narrador afirma que quando tinha 05 anos “havia muitas árvores nos parques, as casas tinham bonitos jardins...”. Mais adiante, no diálogo que desenvolve com a filha, ele assevera que durante a juventude os bosques eram bonitos, havia chuvas e flores, e o banho era algo agradável. Depreende-se que os fatos relatados ocorreram entre 2025 e 2040, e que a destruição total levou, aproximadamente, trinta anos. Alguns equívocos se explicitam nestas afirmações. Não há relato de qualquer evento catastrófico que possa ter contribuído para estes acontecimentos em tão pouco tempo, o que torna inviável a destruição nos termos apresentados. Ao mesmo tempo, algumas das práticas relatadas já não ocorrem na atualidade, revelando que um conjunto de inverdades é utilizado para anunciar o fim do mundo para amanhã.

Em outro momento, descreve-se a inexistência de chuvas, e quando ocorre alguma precipitação ela é ácida. Entretanto, as indústrias estão paradas, as ruas estão desertas, indicando a ausência de circulação; simultaneamente, o narrador proclama a inexistência de vegetação e a convivência com os desertos. Ou seja, trata-se de uma sociedade em que a liberação de dióxido de enxofre e de nitrogênio na atmosfera, através da queima de combustíveis fósseis e do lançamento de poluentes industriais, ou mesmo de queimadas que combinados com o hidrogênio formam as chuvas ácidas, está bastante reduzida (para não dizer nula), inviabilizando a ocorrência deste fenômeno. O que explicaria então a citação deste fenômeno na carta?

A carta não deixa margens para a transformação, pois a abordagem é pautada pelo terror, pela imutabilidade dos problemas ambientais e pela prescrição inexorável da reprodução das relações de produção de base economicista - discurso esse, por sua vez, amplamente reproduzido em programas de educação ambiental desenvolvidos por diversas entidades governamentais e não-governamentais, em diversos momentos a partir da década de 1980, quando as práticas de EA se disseminaram. (a esse respeito ver LAYARGUES & LIMA, 2001; FERREIRA,

2002; LAYARGUES, 2011; BRUGGER, 2011; FREITAS & DEL GAUDIO, 2015)

As formas de interpelação apresentadas na Carta operam também por meio do Tropo/metônima (Thompson, 1989), pois há a atribuição, em determinado momento da narrativa, do adjetivo “tesouro” à água que é bastante cobiçada: “A água tornou-se num *tesouro* muito cobiçado – mais do que o ouro ou os diamantes”. *Tesouro* que é um atributo de ouro e/ou diamante, ou daquilo que é “muito raro”, é transferido para a água, elaborando-se uma valorização da água, necessária aos processos de transformação da mesma em raridade/mercadoria e justificando, sub-repticiamente, sua cobrança, naturalizando-a e tornando-a absolutamente legítima. E quem não pode pagar? A carta também apresenta a solução: a exclusão - das “áreas ventiladas” para o acesso (ou não) à água nesse caso, não é somente uma questão semântica...

Não é impensadamente que tal valorização ocorra após sermos informados de que o ar é cobrado nas zonas ventiladas e quem não paga é segregado fora destas áreas - qualquer semelhança com o sistema pré-pago de água não é mera coincidência. Também não é mera questão histórica ou semântica sermos advertidos de que a expectativa de vida da população retornou aos índices observados durante a Idade Média europeia e que o que resta de água em determinados lugares é fortemente vigiado.

A análise da carta permite-nos avaliar que existe certo “terrorismo da linguagem”, para usar uma expressão de Henri Lefebvre (1991) objetivando o ensombreamento do entendimento acerca das questões ambientais. Para Milton Santos “o discurso do meio ambiente é carregado dessas tintas, exagerando certos aspectos em detrimento de outros, mas, sobretudo, mutilando o conjunto” (SANTOS, 1992, p. 95). Vários elementos são mobilizados para externalizar a perspectiva de catástrofe mundial e anunciar o apocalipse (quase sempre, para o dia seguinte), em um processo de inversão de uma das formas que assume as relações entre a natureza e as sociedades. Em momentos anteriores a natureza atemorizava. Hoje, o medo produz uma representação de natureza que é falsa (SANTOS, 1992).

Um “terrorismo da linguagem” que contribui

para revelar algo emblemático. Há, através desta carta, a explicitação da abordagem que deve ser dada a problemática da água na atualidade. A partir do momento em que predomina uma discussão apocalíptica e de responsabilização do indivíduo pela escassez hídrica, reforça-se a inserção da água como nova raridade no seio da sociedade, e ao mesmo tempo, se desvela aquilo que, de fato, deve permanecer como imutável: o preço, o negócio, o dinheiro, a mercadoria, a segregação etc. Outra questão que depreendemos da análise do texto: a completa ausência de classes sociais... Será que de fato, todos estariam/seriam atingidos exatamente da mesma forma pelos problemas ambientais de carências extremas de água e ar, conforme descrito/prescrito para aquela sociedade, na carta? Ao prevalecerem as zonas de exclusão, não prevaleceriam também seus correlatos: as zonas de inclusão daqueles que podem pagar e muito bem para terem acesso tanto ao ar, quanto à água?... Ou finalmente todos teriam sido atingidos do mesmo modo pelo igualitarismo das carências absolutas?...

A carta explicita uma guinada na discussão que começou a ser feita a partir do último quartel do século XX, a partir de uma reelaboração discursiva do conceito de natureza, que serve de base para a ampliação da reprodução capitalista do espaço, em diversas partes do mundo.

Uma guinada que atingiu os discursos e práticas da educação ambiental de corte conservacionista e pragmático, considerados hegemônicos na sociedade hodierna e que se limitam à proposição de mediações pedagógicas para a “reciclagem” e por sua vez, reforçam a culpabilização dos indivíduos, que são instados a se mobilizarem para corrigir as imperfeições do sistema produtivo. Ao privilegiar a reciclagem, por exemplo, questões afeitas ao modo de produção e que se pautam pelas diversas obsolescências (LAYRARGUES, 2006), e, portanto, possibilitam a manutenção do status quo, sequer são aventadas...

O que transparece e prevalece é uma narrativa em que os seres humanos (simplesmente por serem humanos, e não, sujeitos que ocupam diferentes posições de classe, por exemplo), somente causam a destruição do planeta, dando ênfase ao desperdício

e escassez da água, silenciando-se diante do acesso e uso desigual desse “recurso” e reproduzindo a crença na neutralidade da ciência e no uso das tecnologias para resolver os problemas da “crise ecológica” (FREITAS & DEL GAUDIO, 2015).

Observa-se que há a predominância de práticas (des)educativas que estimulam o individualismo e a mudança de comportamento “no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteúdistas, instrumental e normativa” (LAYRARGUES & LIMA, 2011, p. 09), e objetivam a manutenção da associação entre economia e ecologia pautadas pela concepção da educação para o Desenvolvimento Sustentável e para a ideia do consumo sustentável, que pouco ou nada contribui para a transformação da sociedade. Ou seja, as propostas de intervenção na realidade, derivadas de discursos como esses presentes na Carta de 2070, servem para a manutenção do modelo urbano-industrial que deve, apenas, ser aperfeiçoado. Não há perspectiva de abordagens que questionem o modo de produção vigente e estimulem outras formas de relação dos homens entre si e destes com a natureza. Os discursos e práticas pautados pela “*Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*”, dos quais usamos apenas um simples exemplo assentado na análise da carta de 2070, não deixam brechas para a construção de outras formas de cidadania – a não ser essa postulada por ações individuais e não, coletivas -, da democracia participativa ou de práticas que auxiliem na promoção da justiça ambiental. Tais discursos e práticas primam por mudanças superficiais e reformistas. Em outros termos, a vertente pragmática da discussão Ambiental, da qual a carta é somente uma simples ilustração, reforçam nada mais é do que um

[...] ajustamento ao contexto neoliberal de redução do Estado à sua dimensão mínima, que afeta o conjunto das políticas públicas e sociais, entre as quais figuram as políticas ambientais. Essa Educação Ambiental será a expressão do Mercado, na medida em que ela apela ao bem-senso dos indivíduos para que sacrificuem um pouco do seu padrão de conforto e convoca a responsabilidade das empresas para que renunciem a uma fração de

seus benefícios em nome da governabilidade geral. (LAYARGUES & LIMA, 2011, p. 10)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No fim da década de 1960, ao publicar a obra *Vida cotidiana no mundo moderno*, Henri Lefebvre apresentava a necessidade de explorarmos as situações cotidianas de forma a intervir na realidade, com possibilidades de alterações do cotidiano, por meio de uma revolução cultural que promovesse a vida urbana na qual o valor de uso dominasse o valor de troca. Essas formas de intervenção e de mudanças na sociabilidade urbana deveriam ocorrer, de acordo com o autor, fora da produção industrial e da organização do consumo dirigido gestada por esta produção. Fora também, do racionalismo burocrático que desejava ardenteamente (e, ainda anseia, recorrentemente), ordenar o território a partir do planejamento, atendendo aos interesses da reprodução capitalista do espaço. Uma vida urbana composta por encontros, na qual a segregação desapareceria e, junto a ela, a divisão social em classes, seria algo completamente diferente. Nesta vida urbana revolucionada “(...) o tempo se livra dos ciclos naturais, mas não obedece aos recortes lineares da duração racionalizada (...). Na medida em que o urbano se realiza (...) a apropriação volta à cena, sobrepuja as opressões e subordina o imaginário ao estilo e à obra: pelo monumento e na festa” (LEFEBVRE, 1991, p. 201).

Tal proposta do filósofo se explicava, porque, segundo ele próprio asseverava, estávamos imersos numa sociedade terrorista. Uma sociedade socialmente super-repressiva, com opressões reconhecíveis e não-reconhecíveis que, o tempo todo, assediavam a vida das pessoas (e dos grupos), regularizando-as segundo estratégias gerais, comandadas por determinados grupos de dominação - embora estes grupos, também, vivessem aterrorizados e subjugados à ordem do capital. Assim, a contestação era silenciada, marginalizada, neutralizada, absorvida e integrada. Uma sociedade terrorista que acreditava (e acredita) que a abstinência e a privação eram (e são) méritos que devem ser alcançados por dominados e dominantes de forma plena. Uma sociedade que, ainda nos dias atuais, alimenta, reiteradamente, a ilusão do imediato

no cotidiano. Ela prescreve que tudo “é assim, e não pode ser diferente”. Uma sociedade que se compõe de fragmentos. E, sempre que possível, estes fragmentos são expressões do terrorismo.

A sociedade terrorista que nos mostrou Henri Lefebvre, a partir do livro supra citado, permite a convivência lado a lado da miséria e da opulência, comporta e estimula a dominação de uma classe (que tem, governa, ordena o funcionamento da sociedade, detém a maior parte dos resultados do trabalho etc.) sobre outra (que dispõe, quando dispõe, da força de trabalho para ser vendida, que é explorada, que é oprimida etc.).

Passados mais de 40 anos da publicação desta importante obra do filósofo francês, o que podemos constatar? Ocorreu a Revolução tão desejada e solicitada por este importante intelectual, resultando na edificação de uma (nova) sociedade urbana?

Não. O que constatamos, tomando como exemplo, discursos em torno das “questões ambientais” tais como apresentados e analisados na Carta de 2070 – mas que não se limitam a ela – foi a ampliação da sociedade terrorista apontada por Lefebvre. Embora tenham ocorrido vários movimentos de contestação e de resistência que alcançaram algum êxito ao longo do período entre as décadas de 1960 e 2015, grosso modo, observamos, genericamente a reformulação do problema de Hamlet, em diversas esferas do cotidiano, que permanece fragmentado. Um bom exemplo desta reformulação diz respeito a abordagem que é dada à questão da água na atualidade e que acabamos de discutir por meio da análise de uma única carta, porém, amplamente divulgada em redes sociais e na Internet – e que apesar de ser única como material de análise, não é única como forma discursiva dominante... Assim, experimentamos uma reformulação do problema de Hamlet da seguinte forma: “beber ou não beber água, eis a questão”?

Tal recolocação do problema se relaciona ao que vem acontecendo há aproximadamente três décadas, quando se iniciou a construção de quase um consenso em torno da água que, atualmente, perpassa, praticamente, todos os poros da sociedade. Trata-se de uma abordagem pautada na escassez hídrica absoluta, a partir de uma perspectiva discursiva que tem um poder e faz parte dos meios de criar/reafirmar

o poder, pois o escrito prescreve, faz o indivíduo (e o grupo) mergulhar em um contexto que projeta no ambiente uma ordem social e mental.

É óbvio que a escassez hídrica sozinha não faz reinar o terror, como a moda também, isoladamente, não fazia nos tempos de Lefebvre. É óbvio que esta abordagem sobre a escassez hídrica absoluta é parte integrante-integrada de uma sociedade terrorista que deve ser reproduzida *ad infinitum*, e que, para tanto, reformulou seu aparato ideológico, suas formas de interpelação e discursos, a partir dos anos de 1960 do século passado, objetivando a manutenção do *status quo*. Assim, juntamente com a escassez hídrica, o aquecimento global, a diminuição da camada de ozônio, o derretimento das calotas polares, o aumento do nível dos oceanos (invadindo as cidades litorâneas, deixando-as submersas), a desertificação etc., compõem um conjunto de problemas ambientais que servem para reforçar o terrorismo na sociedade.

Não se trata de desconsiderar o “(...) enfraquecimento dos recursos naturais (...) [a] poluição dos elementos naturais (...) [o] empobrecimento da fauna e da flora (...) [e a] ruptura de certos equilíbrios ecológicos globais” (BIHR, 1999, p. 123-124), mas é importante que os discursos e práticas em torno da “crise ecológica” sejam renovados. Torna-se necessária uma “ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental” (LAYARGUES & LIMA, 2011, p. 11). As correntes conservadoras e pragmáticas que, na atualidade, são hegemônicas nas práticas e discursos ambientais precisam ser superadas por práticas e discursos que contribuam para a transformação social e eliminação das desigualdades reinantes – agora e no futuro.

REFERÊNCIAS

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia

das Letras. 1986..

BRUGGER, P. Os novos meios de comunicação: uma antítese da educação ambiental? In: *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo. Editora Cortez, 2011. p. 149-184.

CARTA DE 2070. Disponível em: <<http://www.maricell.com.br/poemas4/carta2070.htm>>. Acessado em: 20 jul. 2009. Segundo informações do site o texto original foi publicado em abril de 2002, na revista biográfica “Crônicas de los tiempos”.

CUSTÓDIO, V. A relação cidade-água nos artigos dos anais da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). In: *Geousp – espaço e tempo*. São Paulo. n. 20. p. 175-182. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.74014>

FREITAS, E. (Re)produção social do espaço e “paradigma ambiental”: notas preliminares sobre o mapeamento (e exploração) de novas raridades. In: *Geografias*. Belo Horizonte. Janeiro-junho v3. n 1. p. 79-94. 2007.

FREITAS, E. & GAUDIO, R. Desenvolvimento Sustentável e Ideologia: equívocos de abordagem da água na educação ambiental. In: *Anais do VIII Encontro de Pesquisadores em Educação Ambiental* (VIII EPEA). Rio de Janeiro. 2015. 15 p. texto disponível em: <http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/196.pdf> 12 set. 2015>.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978.

LAYARGUES, P & LIMA, G. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In: *Anais do VI Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental* (A pesquisa em Educação Ambiental e a pós-graduação no Brasil). Ribeirão Preto. Setembro de 2001. 15 p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Layrargues_e_Lima_-_Mapeando_as_macro->

tend%C3%AAncias_da_EA.pdf>. Acesso em 12 set. 2015.

LAYARGUES, P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo. Editora Cortez, p. 185-225. 2011.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo. Editora Ática. 1991.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte. Editora da UFMG. [1972] 2008.

LOWY, M. *Ideologias e ciências sociais – elementos para uma análise marxista*. São Paulo. Cortez. 2002.

OLIVEIRA, L. Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: notas para reflexão. In: *Revista Tamoios*. Rio de Janeiro. Ano II, n. 02, p. 41-46. Julho/dezembro de 2005.

OLIVEIRA, L. A geopolítica do desenvolvimento sustentável questão: reflexões sobre a conferência do Rio de Janeiro (ECO – 92). In: *Simpósio de pós-graduação em Geografia do estado de São Paulo*. Rio Claro/SP. 2008. p. 137-147. Anais...

OLIVEIRA, L. *A construção do desenvolvimento sustentável sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da crise ambiental*. 2009. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_colloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/t3/sessao2/Leandro_Oliveira.pdf>. Acesso em: 24 de outubro de 2009.

PORTE GONÇALVES, C. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTE GONÇALVES, C. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2006.

RIBEIRO, W. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, M. 1992: a redescoberta da natureza. In: *Estudos Avançados*. São Paulo. 6 (14), p. 95-106. 1992. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000100007>

SCARIM, P. A “rara” propriedade. In: DAMIANI, Amélia Luisa et. al. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo. Editora contexto. p. 172-176. 2001.

SEABRA, O. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & LEMOS, Amália Inês Geraiges. *Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo. Editora Contexto. p. 308-322. 2001.

THERBORN, G. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. Siglo Veintiuno editores. 1991.

THOMPSON, J. Ideología e os ideólogos. In: THOMPSON, John B. *Ideología e cultura moderna*. Petrópolis. Vozes. 1989.

